

IEI Nº 186

De 02 de março de 1998

Cria o Conselho Municipal de Edu cação e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGI-PE, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação -CME, órgão deliberativo, consultivo, fiscalizador de caráter 'permanente de âmbito Municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Educação

- I definir as prioridades da política de Educação;
- II estabelecer as diretrizes a serem cumpridas' quando da elaboração do Plano Municipal de Educação;
- III aprovar a Política Municipal de Educação;
- IV atuar na formação de estratégia e controle ' da execução da política de Educação;
  - V propor e acompanhar critérios para programação e bem como avaliar o alcance dos objetivos propostos na política de Educação;
- VI acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços da educação, prestados à população por enti-



dades públicas e privadas no Município;

- VII definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Educação públicas e privadas no âmbito Municipal;
- VIII definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Educação no âmbito Mu nicipal;
  - IX apreciar previamente os contratos e convênios referidos ao inciso anterior;
    - X elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
  - XI zelar pela efetivação do sistema descentralizado e' participativo de Educação, obedecendo também ao que dispõe a Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994;
  - XII convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros à Conferência Municipal de Educação, que terá a <u>a</u> tribuição de avaliar a situação da Educação no Município e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII acompanhar e avaliar a gestão dos recursos bem como os ganhos sociais e desempenho dos Programas e Projetos aprovados.

#### CAPÍTULO II

Estrutura e do Funcionamento

SECÃO I

Da Composição

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação será guardado uma relação de proporcionalidade entre o conjunto da represen



tação dos prestadores dos serviços públicos, privados e filan trópicos e o de representante dos usuários da Educação no âmbito Municipal, cuja representação será composta de:

- I 50% (cinquenta por cento) dos prestadores de serviços da Educação, tais como:
  - a. um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura Esporte e Lazer;
  - b. um representante das Escolas particulares;
  - c. um representante da categoria dos professo res municipais;
  - d. um representante do SEMAE;
- II 50% ( cinquenta por cento) dos usuários da Educação, tais como:
  - a. um representante da Igreja Católica;
  - b. um representante das Associações Comunitá \_ rias;
  - c. um representante dos estudantes do Município
  - d. um representante das Igrejas Evangélicas.
  - § 1º Cada Titular do Conselho Municipal de Educação terá um suplente oriundo da mesma catego ria representativa.
  - § 2º O Secretário Municipal de Educação é membro' nato do CME.
  - § 3º O Secretário do Conselho Municipal de Educação e seu suplente será eleito pelos seus pa res na primeira reunião do órgão colegiado, podendo ser candidato qualquer um dos seus ' membros.



Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de aducação, serão nomeados pela Prefeitura Munici - pal, mediante indicação.

- I da autoridade Estadual ou Federal correspondente'
   quando às respectivas representações;
- II do único representante legal das entidades dos de mais casos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os representantes do Governo Munici - pal serão de livre escolha da Prefeita.

Art. 5º - A atividade dos membros do Conselho Municipal de ducação, reger-se-á pelas disposições seguintes:

- I o exercício da função de Conselho é considera do serviço público relevante e não será remune rada;
- II Os conselheiros serão excluídos do Conselho!
  Municipal de Educação e substituídos pelos !
  respectivos suplentes em caso de faltas injus
  tificadas a tres reuniões consecutivas ou cin
  co intercaladas.

para organizações governamentais de Educação se processarão me diante convênios, acordos, contratos, ajustes, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 6º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Educação, serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Educação, mensalmente, de forma sintética e trimestralmente de forma analítica.



Art. 7º - As resoluções do Conselho Municipal de Educação, bem como os temas tratados em plenário serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Educação elaborará seu 'Regimento Interno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a a provação da Lei.

Art. 9º Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 500,00 ( Quinhentos Reais ), para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor retroativo a 1º de jameiro de 1998.

Art. 11º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Moita Bonita, em 02 de março de 1998.

Sida Maria Costa Barreto Barreto

Prefeita Municipal

Sec. da Divisão de Administração